



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de
gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO (FMF) E TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS): ENTRE DISTINÇÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA ENFRENTAMENTO AO PATRIARCADO

NATÁLIA VILMA MONTEIRO DE OLIVEIRA¹

ANTOINETTE DE BRITO MADUREIRA²

RESUMO:

O presente artigo busca analisar alguns dos direcionamentos teóricos do Feminismo Materialista Francófono e da Teoria da Reprodução Social, enquanto teorias de enfrentamento ao patriarcado. Parte-se de uma pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica de alguns elementos dessas correntes feministas, para a partir delas oferecer uma crítica à dominação e exploração das mulheres no capitalismo.

Palavras-chave: Patriarcado; Feminismo Materialista Francófono; Teoria da Reprodução Social; Sociabilidade capitalista; Teoria Feminista.

ABSTRACT:

This article seeks to analyze some of the theoretical directions of Francophone Materialist Feminism and Social Reproduction Theory, as theories that confront patriarchy. It is based on qualitative research with a bibliographical review of some elements of these feminist currents, in order to offer a critique of the domination and exploitation of women in capitalism.

Keywords: Patriarchate; Francophone Materialist Feminism; Theory of Social Reproduction; Capitalist sociability; Feminist Theory.

INTRODUÇÃO

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desde a década de 1970, a partir do que ficou conhecido como a “Segunda Onda”³ do movimento feminista, o enfrentamento teórico-político dos processos históricos de dominação, exploração e apropriação das mulheres na sociabilidade capitalista passou a ser a principal preocupação dessa geração de militantes da “Segunda Onda”. Na França, em meio a um conjunto de reivindicações públicas de sujeitos insurgentes, entre mulheres, população negra, LGBTI+⁴ e estudantes, crescia o *Mouvement de Libération des Femmes (MLF)*, ou Movimento de Liberação das Mulheres, cuja maior manifestação teórica se materializou na produção da revista *Questions Féministes*, que deu vazão aos escritos de Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu, Monique Wittig, entre outras. Todas essas autoras, reunidas, compuseram o que ficou denominado de Feminismo Materialista Francófono (FMF), responsável por um processo de radicalização do movimento feminista na França, focado na crítica materialista e antinaturalista do patriarcado e da heterossexualidade.

Ainda na mesma década, a partir do acúmulo teórico da tradição marxista, feministas-socialistas do Norte Global realizaram uma análise da opressão das mulheres a partir da leitura crítica da teoria marxiana sobre a indissociabilidade das diversas frentes de dominação das mulheres no capitalismo, entre a esfera da produção e da reprodução social. Essa ideia de indissociabilidade apontava para a defesa da perspectiva de totalidade marxista das relações sociais, enquanto abordagem mais eficiente para enfrentar as opressões que integram o capital, como o racismo e o patriarcado. Precedidas por Lise Vogel, autoras como Martha Gimenez, Johanna Brenner, Susan Ferguson e Tithi Bhattacharya compõem, hoje, essa vertente feminista conhecida por Teoria da Reprodução Social, Teoria Unitária da Reprodução Social ou, ainda, pela sigla TRS.

Ambas as vertentes partem do mesmo objetivo de buscar a base material de opressão das mulheres, mas divergem em aspectos relacionados à identificação dessa base material e a melhor maneira de enfrentá-la. Enquanto as feministas francófonas apostam na radicalização do pensamento feminista, através da análise materialista e antinaturalista da dominação e apropriação das mulheres, que compreende a mulher enquanto classe sexual apropriada pelos homens no patriarcado e no sistema político da heterossexualidade, as feministas da Teoria

³ Utilizamos esta nomenclatura para fins didáticos e para melhor identificação do contexto assinalado na pesquisa. Entretanto, é um termo frequentemente rejeitado por feministas na contemporaneidade por trazer a ideia de que o pensamento feminista ocorreu em etapas e em constante evolução, o que não é necessariamente verdade.

⁴ Referente a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e (+) demais expressões da diversidade sexual e de gênero.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Unitária, por sua vez, defendem que a crítica deve ser direcionada prioritariamente ao capital, enquanto sistema unitário capaz de provocar a exploração das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva, à luz de relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo.

A partir destes pressupostos, o presente artigo busca analisar as principais reflexões da perspectiva francófona do feminismo materialista, comparando-as com a outra tendência da teoria feminista aqui já mencionada, a TRS, apresentando alguns dos seus principais distanciamentos. Isso porque enquanto a TRS é uma perspectiva que relaciona a tradição feminista com as teorizações do campo marxista e, mais especificamente, marxiano; e, para tanto, elabora um conjunto de explicações para as relações de opressão das quais as mulheres estão submetidas ao largo da história do capitalismo, as francófonas por sua vez buscam outros direcionamentos epistemológicos para fundamentar sua análise, e um deles é o resgate crítico da antropologia estruturalista de Lévi-Strauss. Nesse sentido, tanto o FMF quanto a TRS possuem uma leitura materialista da dominação das mulheres, ambas com influências marxistas, mas que se desencontram na análise de alguns elementos-chave em torno do campo da reprodução social e das relações sociais de sexo.

Metodologicamente, este trabalho parte do método materialista histórico-dialético para realizar a análise de ambas as vertentes feministas, compreendendo-as diante de sua totalidade e historicidade, com as devidas mediações necessárias ao debate crítico. Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa com abordagem bibliográfica, fruto do trabalho científico realizado entre 2021 e 2022 em um grupo de estudos feministas do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a partir da revisão de literatura das obras de Abreu (2016), Guillaumin (2014), Delphy (2015), Devreux (2005), Fonseca (2019), Oliveira (2021) e Bhattacharya (2013). Tal pesquisa teve como objetivo geral pesquisar como o Feminismo Materialista Francófono e a Teoria Unitária da Reprodução Social situam a noção de patriarcado, e como objetivos específicos: (I) entender os distintos contextos histórico-políticos do surgimento dessas duas correntes feministas; (II) apontar as questões-chave que as duas correntes buscam responder, examinando suas diferenças; e (III) compreender como as duas vertentes entendem a noção de interseccionalidade, de trabalho doméstico e do lugar das mulheres no capitalismo.

Dessa forma, este artigo está dividido em dois momentos, em que primeiro se objetiva identificar as principais reflexões do pensamento feminista materialista francófono e, posteriormente, apreender a Teoria da Reprodução Social e compará-la com as teorizações francófonas em torno dos processos de dominação, exploração e apropriação das mulheres na

história. Buscaremos compreender, assim, a importância de duas importantes tendências do pensamento feminista no enfrentamento ao capital, ao racismo e ao patriarcado.

FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO E A BUSCA PELA BASE MATERIAL DA DOMINAÇÃO DAS MULHERES

Entre os séculos XVIII e XIX, a produção de conhecimento nos países Ocidentais esteve preocupada em ultrapassar explicações divinas para os fenômenos sociais, passando a identificar no próprio indivíduo as interpretações em torno da vida humana. A noção de sujeito humano por trás desta intenção, entretanto, se resumiu à definição de sujeito social universal restrito aos homens, relegando as mulheres à obscuridade. Consequentemente, todo o processo de politização das questões relativas ao sexo, à sexualidade e aos interesses políticos das mulheres foi constantemente barrado pelo pensamento dominante da era Moderna, precisamente liberal e com influências iluministas, que determinou que o sujeito ideal deveria ser racional, livre, autônomo e, portanto, homogêneo e masculino. A homogeneização desse sujeito foi diretamente criticada pela tradição marxista e, sobretudo, pelas teorizações feministas que denunciaram o caráter masculino do sujeito universal pretensamente difundido pelo pensamento liberal.

Junto com tal noção de sujeito, foram centrais as noções de “natureza feminina” e “diferença sexual” para designar supostas especificidades biológicas das mulheres baseadas em força física e em “instinto” para o cuidado, determinando que o homem seria o sexo de referência, verdadeiramente racional, enquanto as mulheres se resumiriam a ser o sexo da diferença. Somado a isso, o campo intelectual dominante no século XIX foi perpassado por teorias biologizantes (também denominadas de “essencialistas” ou “naturalistas”) que pretenderam explicar a realidade e os fenômenos sociais através das ciências naturais, diante da concepção de que a “natureza fisiológica seria uma fonte para uma análise do comportamento social” (Abreu, 2016, p. 32); o que custou a desaparecer até mesmo entre autores como August Comte e Émile Durkheim, que continuaram a fazer uso de metáforas associadas ao campo da biologia, embora tivessem provocado o desenvolvimento do campo sociológico para a análise da sociedade.

Nesses termos, Abreu (2016) argumenta que foi apenas durante o contexto de modificações político-sociais do pós-guerra, durante a segunda metade do século XX, que o questionamento massivo das concepções essencialistas dominantes foi provocado, desembocando na contestação do termo “raça” e do fundamento natural associado à diferença



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

entre homens e mulheres, contrariando a forte presença biologizante do sexo e da sexualidade. As principais responsáveis por esses questionamentos foram mulheres ativas em organizações socialistas e, posteriormente, em movimentos feministas autônomos que começaram a aparecer na Europa quando as mulheres demonstraram insatisfação com os modelos socialistas de enfrentamento ao patriarcado⁵.

“O segundo sexo”, por exemplo, obra fundamental de Simone de Beauvoir, foi publicado em 1949 dentro dessa perspectiva antinaturalista, influenciando o pensamento de grande parte das teóricas feministas da época. Segundo Armengaud (*apud* Abreu, 2016), a crítica ao naturalismo presente na obra de Beauvoir comporta três elementos: o primeiro, filosófico, em que a primazia da existência se impõe contra o naturalismo essencialista; o segundo, epistemológico, cuja série causal/explicativa situa-se de maneira homogênea do lado da sociedade, da civilização; e o terceiro, político, em que a crítica à ideia de fatalidade biológica se torna um elemento propulsor à mudança.

O sentido de que a crítica ao biologismo/essencialismo/naturalismo é um elemento propulsor à mudança foi essencial para o pensamento feminista que cresceu entre as décadas de 1950 e 1960, marcado por reivindicações de grupos de mulheres em torno da “questão feminina”. Em meados do final da década de 1960, uma ardente movimentação política emergiu na capital francesa e se destacou frente às constantes reivindicações da classe trabalhadora, do movimento estudantil, de negros, homossexuais e mulheres ao redor do mundo. O “Maio de 68”, como popularmente ficou conhecido, reuniu um conjunto de movimentos de resistência fundado em questionamentos coletivos sobre as noções de família, moral, liberdade, sexualidade e violência, o que representou, na iminência da Guerra Fria, uma importante quebra de valores sociais.

A partir desse contexto, reflexões feministas que buscavam contrariar a perspectiva essencialista do pensamento dominante ficaram conhecidas por “antinaturalistas”, passando a moldar as teorizações da agenda feminista no país em torno do Movimento de Liberação das Mulheres e da revista *Questions Féministes*. Nesse cenário, já na década de 1970, algumas acadêmicas francesas contribuíram com o circuito dos debates feministas da época ao buscar uma teoria que explicasse a base materialista da opressão comum a todas as mulheres, diante da

⁵ Sobretudo a partir da obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Engels (1986), feministas mobilizadas em organizações socialistas na Europa defendiam que o patriarcado havia se originado com o desenvolvimento da propriedade privada e com a destituição de um suposto matriarcado anterior. O problema maior residia na crença de que com a superação do capitalismo a dominação das mulheres seria extinta, impelindo as mulheres a se organizarem em movimentos de trabalhadores que não necessariamente priorizavam as demandas feministas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

necessidade de sustentar a construção de um movimento autônomo fora do circuito dos partidos de esquerda que, por sua vez, já pautavam a perspectiva materialista. Conhecido por Feminismo Materialista Francófono, autoras desta corrente também se preocuparam em analisar o trabalho doméstico realizado pelas mulheres, ao designar o modo patriarcal de produção como um modelo econômico existente em diversas organizações pré-capitalistas (Oliveira, 2021).

Uma dessas autoras foi Colette Guillaumin, cuja obra mais conhecida é “Prática do poder e ideia de natureza”, de 1978, onde ela fundamenta seus argumentos em torno da “natureza específica da opressão das mulheres: a apropriação” (Guillaumin, 2014, p. 30). Diferentemente da natureza da exploração dos trabalhadores, que vendem sua força de trabalho para o capital em troca de salário, as mulheres sofreriam com um tipo de dominação que extrapola a noção de exploração capitalista, pois são dominadas a partir de uma relação de apropriação física direta, em que o próprio corpo, enquanto reservatório de força de trabalho, é apropriado para usufruto coletivo e individual da classe dos homens. Isso significa que todo seu corpo e sua alma são apropriados através da apropriação concreta (I) do tempo, em que as mulheres passam a não deter propriedade sobre o próprio tempo; (II) dos produtos do corpo; (III) da obrigação sexual e (IV) do encargo físico dos membros do grupo, em que as mulheres são responsáveis por cuidar dos membros válidos e inválidos do grupo do qual pertencem (Guillaumin, 2014).

Essas seriam as expressões da apropriação material da classe das mulheres pela classe dos homens, que a autora denomina de “sexagem”⁶ e que possuem também efeitos ideológicos. Segundo Guillaumin (2014), os efeitos ideológicos dessa apropriação desembocam precisamente na ideia de Natureza. Ou seja, a classe dominante (que também promove a dominância pela via ideológica) concebe homens e mulheres como grupos “naturais”, ligados por laços orgânicos de complementariedade ou por diferenças também originadas na natureza, em que apenas um desses grupos detém a capacidade de se emancipar dessa condição: os homens. Nesses termos, as mulheres são consideradas como seres naturais incapazes de escapar aos seus instintos e ao destino biológico atribuído a elas desde o nascimento (ser heterossexual, casar e ter filhos). Nas palavras da autora:

⁶ O termo “sexagem” é a tradução em português da palavra francesa *sexage* que, por sua vez, é derivada de *servage* (servidão) e *esclavage* (escravidão), expressando a analogia que Guillaumin (2014) propõe entre a dominação específica das mulheres e as relações de dominação contra servos e escravos na economia fundiária. A analogia é feita a partir das semelhanças entre a apropriação sofrida pelas mulheres, baseada no açambarcamento da sua unidade material, com a apropriação dos dominados nas relações de servidão e escravidão. Diferentemente da venda da força de trabalho, dominação característica da classe trabalhadora no capitalismo, as mulheres – assim como ocorreu com servos e escravos – sofrem com uma relação social mais antiga: a da apropriação da unidade produtora da força de trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Cada uma de nossas ações que empreendemos em uma relação social determinada (falar, lavar roupa, cozinhar, sonhar, ter filhos etc.), *relação de classe que nos impõe as modalidades e a forma da nossa vida, é atribuída a uma natureza que nos seria interior e que – fora de qualquer relação – nos levaria a fazer tudo isso, pois nós seríamos “programadas para”, seríamos “feitas para isso”, porque, visivelmente, “nós o “fariamos melhor” do que qualquer um. Aliás, nós estamos prestes a acreditar nisso, quando somos confrontadas pela fabulosa resistência da outra classe diante de atos tais como limpar, encarregar-se *realmente* das crianças (em vez de levá-las a pequenos passeios festivos ou ter com elas “uma grande conversa séria”), encarregar-se *realmente* da alimentação (todos os dias e nos detalhes), e nem falemos de lavar roupa, passar, arrumar etc. (o que homens adultos robustos deixam sem remorsos a uma criança de dez anos, desde que ela seja do sexo feminino), domínios em que as cooperações conhecidas e constatadas são próximas de zero (Guillaumin, 2014, p. 94, grifos da autora).*

Nesse sentido, Guillaumin (2014) faz alguns movimentos importantes: diferencia concretamente a natureza da dominação da classe trabalhadora da dominação da classe das mulheres; apresenta as expressões materiais e ideológicas que particularizam a opressão das mulheres no patriarcado e apresenta o recurso antinaturalista que é fundamental para o enfrentamento das relações de exploração, dominação e apropriação das mulheres na atualidade.⁷ Certamente, todo o conteúdo dos seus estudos, sobretudo o antinaturalismo, influenciou todas as autoras que compuseram o FMF, em especial Monique Wittig que revelou que é preciso ler Colette Guillaumin para entender que o que as feministas chamavam de materialismo ainda estava muito distante do cerne da questão (Wittig, 2022).

Da mesma forma, Christine Delphy, importante socióloga e militante lésbica do FMF, se preocupa com a condição de submissão das mulheres no ambiente doméstico/reprodutivo, responsável por excluí-las da vida pública e das possibilidades de emancipação. Para criticar esse processo, ela desenvolve o argumento de que o trabalho doméstico se constitui como um modo de produção responsável por submeter as mulheres à condição de servas, obrigadas a desenvolver um trabalho gratuito aos homens da família. No entanto, segundo Delphy (2015), a esfera reprodutiva não se refere à realização de um trabalho improdutivo limitado à criação dos filhos e às atividades domésticas, pois as tarefas realizadas pelas mulheres são tarefas produtivas que produzem valor, mas que não são devidamente remuneradas. Ou seja, para esta autora, o trabalho que as mulheres exercem na esfera doméstica é historicamente excluído do campo da troca e da remuneração precisamente pela condição de opressão a qual estão submetidas. Dessa

⁷ Hoje, um dos pensamentos que mais corroboram com a manutenção das relações patriarcais é o conservadorismo, recorrentemente promovido e divulgado por grupos de extrema-direita e fundamentalistas religiosos preocupados em manter a subordinação das mulheres às atividades domésticas e ao cuidado com os filhos, bem como em reprimir as expressões da diversidade sexual e de gênero.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

forma, a autora afirma que o que era considerado parte da esfera reprodutiva, como a família, na verdade é uma unidade de produção: histórica e etimologicamente, a família designa o conjunto das terras, escravos, mulheres e crianças submetido ao poder do chefe de família (Delphy, 2015).

Delphy (2015) está aqui se referindo às sociedades anteriores ao processo de industrialização, que parecia prometer às mulheres melhores condições de vida com a participação delas no trabalho fora de casa. No entanto, mesmo após a industrialização, as mulheres continuaram a ter sua força de trabalho explorada pelo chefe de família, ao passo que o trabalho remunerado fora de casa não poderia simplesmente substituir o trabalho doméstico; ao contrário, as mulheres deveriam arcar com o trabalho duplo, pois não poderiam negligenciar as “obrigações familiares”. Ao analisar o trabalho doméstico e as relações familiares no capitalismo, a autora conclui que “a apropriação e a exploração do trabalho das mulheres no casamento constituem a opressão comum a todas elas” (Delphy, 2015, p. 112). Em suma, a exploração e dominação patriarcal constitui a opressão comum, específica e principal das mulheres: comum porque atinge todas as mulheres, específica porque a obrigação de fornecer serviços domésticos gratuitos é apenas delas, e principal porque mesmo quando elas trabalham fora de casa, o pertencimento de classe é condicionado por sua exploração enquanto mulheres (Delphy, 2015).

Outra importante feminista francófona foi Anne-Marie Devreux que explicita, em seu texto “A Teoria das Relações Sociais de Sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina”, os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens” (Devreux, 2005). A autora, assim como Delphy, trabalha as noções de trabalho produtivo e reprodutivo, sugerindo que há, enquanto categorias cognitivas, a “divisão sexual do trabalho” e a “divisão sexual do poder” dentro do amplo espaço das “relações sociais de sexo”. Essas categorias revelam uma divisão material e histórica entre as classes sexuais, na medida em que o trabalho produtivo preferencialmente exercido por homens transforma-os em classe dominante capaz de submeter as mulheres exclusivamente à esfera reprodutiva. Ou seja, enquanto classe que luta para se manter no topo da hierarquia, os homens participam da esfera doméstica sem perder o lugar em que estão inseridos socialmente, passando a possuir pleno poder político, econômico e social em função da desvalorização e da subordinação das mulheres.

Sugerindo, então, uma potente valorização da sexualidade e do campo das relações de sexo, Devreux propõe uma análise das tensões, dos embates, do confronto entre as duas classes antagônicas já assinaladas, cuja parte dominante atua sob múltiplas dimensões: seja no trabalho, seja na área doméstica, conjugal ou em quaisquer outros espaços, homens operam ativamente a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

violência e a opressão contra as mulheres. A dimensão de luta impressa na ideia de antagonismo de classe expressa o movimento dos homens de lutarem para a manutenção de seus interesses. Interesses esses que perpassam toda a vida cotidiana referente ao lugar em que estão inseridos na divisão sexual do trabalho: a do poder, do controle, da autoridade. De fato, esse poder foi definido ao longo dos séculos em função de uma repartição entre público e privado, trabalho e família, que opôs as classes sexuais e instaurou o poder na mão dos homens e o lugar da submissão para as mulheres.

Nesses termos, a noção de classes sexuais (classe de homens e classe de mulheres) para designar as relações entre ambos no patriarcado é frequente entre as feministas francófonas. É um conceito que parte da concepção de que as relações entre homens e mulheres não são definidas por uma suposta complementariedade, como costuma sugerir o pensamento dominante essencialista, mas ao contrário: ambos possuem interesses divergentes e vivenciam um constante conflito em termos de classe. Ademais, as classes sexuais não se restringem à sociabilidade capitalista, pois não surgiram com ela: são, na verdade, anteriores ao capitalismo, permanecem nele sob novas mediações e, conseqüentemente, não se extinguirão com a superação do capital. Nesse sentido, a tendência entre as francófonas foi a de apreender o patriarcado como um sistema coexistente ao capital, porque existiu antes dele e por ele foi modificado. Para identificar contextos em que as relações patriarcais já estavam presentes antes da mundialização capitalista, as francófonas recorreram ao estruturalismo de Lévi-Strauss e aos escritos de Maurice Godelier e Claude Meillassoux.

A perspectiva estruturalista de Lévi-Strauss, que utilizou da ideia de divisão sexual do trabalho para explicar as dinâmicas familiares, somada aos recursos da dialética marxista, são fundamentos importantes do feminismo francófono. As feministas, entretanto, vão além e incorporam a noção de poder às relações entre homens e mulheres, explicada não mais a partir de natureza ou da biologia, mas na exploração própria das organizações patriarcais. A ideia de “troca de mulheres”⁸ desenvolvida por Lévi-Strauss, por exemplo, foi utilizada pelas francófonas

⁸ Segundo Arruzza (2019, p. 92): “A troca é, de fato, o meio pelo qual a humanidade confronta a natureza e estabelece, em oposição a essa, a cultura e, portanto, a sociedade. Segundo Lévi-Strauss, esta troca possui como estrutura básica a troca das mulheres. Em outras palavras, a sociedade e a cultura começam onde os homens iniciam a troca de mulheres entre si; um homem recebendo uma mulher de outro homem. Esse é o contexto de sua explicação para o tabu do incesto, na medida em que é apenas através da proibição de relações sexuais entre consanguíneos que se pode introduzir a exogamia e, conseqüentemente, a troca de mulheres entre grupos diferentes. A própria divisão sexual do trabalho é um meio de criar um estado de dependência recíproca entre os sexos, a fim de garantir o tabu do incesto e a regulação da troca de mulheres”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

porque demonstra que a dominação das mulheres advém de uma relação social operada no interior de duas famílias distintas que, por causa do tabu do incesto, trocam suas mulheres entre si e desenvolvem uma relação de parentesco com laços bem definidos. Gayle Rubin⁹, por exemplo, chegou a afirmar que a troca de mulheres revela uma percepção profunda de um sistema no qual as mulheres não têm direitos plenos sobre si mesmas (Rubin, 1993).

Portanto, são fundamentos analíticos do Feminismo Materialista Francófono: (I) a perspectiva antinaturalista, responsável por criticar tendências dominantes que explicam a dominação das mulheres pela biologia; a ideia de que a exploração no capitalismo não ocorre apenas no âmbito produtivo, mas do proveito do trabalho doméstico realizado gratuitamente pelas mulheres; as noções de classes sexuais antagônicas, compreendendo homens e mulheres como categorias históricas e determinadas por interesses sociais divergentes; e a compreensão do patriarcado como um sistema anterior ao capitalismo, que coabita e coexiste com ele a partir de novas mediações.

Por sua vez, a Teoria da Reprodução Social se distingue do FMF por múltiplos motivos, sobretudo pelo fato de apreender as relações de exploração não como sistemas autônomos ao capitalismo, mas como produtos desta sociabilidade. Para discutir sobre os fundamentos analíticos desta corrente feminista e compreender as principais distinções em relação ao FMF utilizaremos, na próxima sessão, análises de autoras como Fonseca (2019), Oliveira (2021) e Bhattacharya (2013) que descrevem a TRS como uma teoria unitária que reivindica a unidade produção-reprodução, forjando a emergência de um feminismo marxista que compreende tais dimensões como dialeticamente indissociáveis (Oliveira, 2021).

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: A BUSCA PELA UNIDADE ENTRE AS OPRESSÕES

No campo teórico que articula feminismo, marxismo e abordagem materialista, no qual as feministas francófonas estão inseridas¹⁰, a Teoria da Reprodução Social surge também na década de 1970 em meio aos esforços de feministas-marxistas em aprofundar os debates acerca do trabalho doméstico. Há um certo consenso de que foi a partir da fundamentação que considerou o

⁹ Antropóloga estadunidense pós-estruturalista.

¹⁰ A discussão sobre o recurso das francófonas à tradição marxista é uma questão em aberto atualmente, muito por causa de parte considerável das autoras utilizarem outras fontes bibliográficas como referências (entre elas, a antropologia estruturalista). No entanto, é possível verificar uma mobilização das autoras em torno de temáticas caras ao marxismo, de recursos a obras específicas (como a utilização de “A Ideologia Alemã”, de Marx e Engels, por Monique Wittig) e, principalmente, a identificação com o método materialista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho doméstico não só como tarefas de cuidado realizadas no âmbito privado, mas como dimensão necessária para a reprodução da força de trabalho (Fonseca, 2019; Oliveira, 2021) que a TRS começa a dar passos importantes na análise da dominação das mulheres no capitalismo. Diferentemente do que preconizou Delphy (2015), por exemplo, ao afirmar que o trabalho doméstico constitui trabalho produtivo, autoras da TRS concordam que o sentido do trabalho doméstico é o da manutenção e reprodução da força de trabalho, e não o da produção de capital propriamente dita.

Essa mudança de entendimento sobre o trabalho doméstico passa a implicar em uma noção ampliada de reprodução social ao sugerir que o âmbito reprodutivo não se restringe às atividades realizadas pelas mulheres dentro de casa, através do cuidado da família e da realização do trabalho doméstico gratuito, pois está reunido em torno de todas as atividades que geram reprodução da força de trabalho para o capitalismo. Ou seja, embora o Estado seja um importante viabilizador dessa reprodução, através da criação de hospitais, escolas, creches, entre outros, a família seria a principal garantidora da manutenção e da reprodução social através do trabalho realizado majoritariamente pelas mulheres. Nesse sentido:

[O] feminismo da reprodução social passa a localizar a base da opressão das mulheres no capitalismo na produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho e não na divisão sexual do trabalho, como comumente era realizado. É evidente que existem mediações entre a divisão sexual do trabalho, constituída historicamente como tal, e o fato das mulheres serem as principais responsáveis por esses trabalhos. O que a TRS propõe é analisar com mais cautela esta função social, socialmente determinada, em que as mulheres possuem de produzir e reproduzir a força de trabalho no capitalismo (Oliveira, 2021, p. 82).

Ou seja, para a TRS a reprodução social diz respeito aos processos de regeneração dos (as) trabalhadores (as), de manutenção da família e de reprodução biológica de novos indivíduos que, posteriormente, se tornarão classe trabalhadora. Em síntese, a força de trabalho dos sujeitos, enquanto produtora de valor no capitalismo, é ativamente produzida e reproduzida dentro do âmbito reprodutivo, no qual se encontram a família e o trabalho doméstico. Para que as pessoas tenham condições físicas, biológicas e mentais para trabalhar, precisam ter suas necessidades básicas garantidas, como alimentação, saúde, cultura e habitação, enquanto atividades regeneradoras da força de trabalho daqueles que são trabalhadores e trabalhadoras ativos. As pessoas que estão fora do circuito de produção, entretanto, também têm sua força de trabalho mantida, seja para prepará-las para o trabalho, no caso de crianças e jovens; para garantir os cuidados necessários pós-serviços prestados, no caso de antigos (as) trabalhadores (as), ou para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

oferecer suporte às pessoas que estão desempregadas ou não tenham condições para trabalhar. Da mesma forma, é parte fundamental da reprodução social a criação de novos (as) trabalhadores (as) através da capacidade reprodutiva das mulheres em dar à luz.

Nesses termos, a reprodução social não diz respeito apenas à dimensão privada da família, mas a um conjunto de dinâmicas de dominação e opressão no cotidiano do capital, como a formação de espaços de trabalho imigrante e não-pago, análogo à escravidão, enquanto formas contemporâneas de sustentação da produção de valor. Além disso, a TRS compreende o capitalismo como um sistema unitário capaz de integrar as esferas da produção e da reprodução, ao passo que mudanças provocadas no âmbito produtivo facilmente reverberam na vida reprodutiva. Exemplo disso é a discussão realizada por Tithi Bhattacharya em seu texto “O que é a teoria da reprodução social?”: quando assinala que cortes financeiros realizados por políticas neoliberais no mundo do trabalho podem desencadear o aumento de despejos e de violência doméstica nos lares (Bhattacharya, 2013).

Todo esse entendimento em torno de como as mulheres são exploradas e impactadas pelo capital teve ampla influência nos estudos do feminismo negro, queer, interseccional e pós-colonial, sobretudo a partir de propostas iniciais de Lise Vogel que buscaram considerar a reprodução social como condicionada às relações racistas e classistas da sociabilidade do capital, incorporando não só a questão da opressão das mulheres, mas também de raça, gênero e sexualidade (Fonseca, 2018). A classe trabalhadora, que possui diversidade sexual, racial e de gênero, é ativamente impactada pelo racismo, pela misoginia e pela discriminação sexual, o que limita as suas condições de vida e reprodução. Compreender todas essas dimensões enquanto estruturas indissociáveis proporciona à TRS avançar na conexão entre luta anticapitalista e antirracista, demonstrando que “[...] se propõe a construir uma teoria unitária, articulando de forma expressiva as relações sociais generificadas e racializadas à existência e reprodução do capitalismo” (Oliveira, 2021, p. 61). Sobre isso, Bhattacharya (2017, p. 19) afirma que:

[A Teoria da reprodução social] revela que a categoria essencial do capitalismo, sua força motora, é o trabalho humano e não as mercadorias. Ao fazer isso, ela expõe ao escrutínio crítico a superficialidade do que nós comumente entendemos ser os processos “econômicos” e restaura ao processo econômico o seu componente caótico, sensível, generificado, racializado e desregrado: seres humanos vivos, tão capazes de seguir ordens como de desrespeitá-las (tradução de Rhaysa Fonseca).

Dito isto, um ponto crucial para compreender as distinções entre as feministas francófonas e a TRS é o fato de que existe, por parte de algumas autoras da teoria unitária – principalmente



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Lise Vogel, uma apreensão de que o cerne da opressão das mulheres não está na relação antagônica entre classes sexuais (homens e mulheres), no interior da divisão sexual do trabalho e das relações sociais patriarcais, mas na articulação do capitalismo com as mulheres (Oliveira, 2021). O que significa que o sentido de “patriarcado dos homens” enquanto definidor dos processos de dominação, exploração e opressão das mulheres perde força na argumentação da TRS, ao ponto de minimizá-lo diante da relevância social do trabalho doméstico para o capital, na medida em que produção e reprodução da força de trabalho (exercidos preferencialmente pelas mulheres) são indispensáveis à reprodução do sistema capitalista (Oliveira, 2021).

E o próprio entendimento em torno do patriarcado demonstra diferenças cruciais entre ambas as correntes feministas. A concepção de que o capitalismo é uma unidade que integra as relações patriarcais, raciais e de classe diverge do entendimento das francófonas de que ele é, na verdade, um sistema de dominação e exploração que sobrevive em conjunto com o patriarcado, alterando-o sistematicamente. Em consequência, esta perspectiva do FMF ajuda o movimento feminista a conservar o entendimento de que apenas a luta pela superação do capital não alcança o fim da dominação das mulheres, uma vez que a existência do patriarcado não depende apenas da sociabilidade capitalista. Mas, ao mesmo tempo, se não houver mediação e análise sócio-histórica do patriarcado, existe o perigo de apreendê-lo sem a devida historicidade.

Em resumo, a apreensão das francófonas sobre o patriarcado denota, para algumas autoras da TRS e demais feministas-marxistas, uma limitação analítica e argumentativa por contribuir com análises trans-históricas ou a-históricas do patriarcado, que considera uma fuga da perspectiva de totalidade social por considerar o patriarcado como uma condição quase inexorável das relações humanas (Oliveira, 2021). Entretanto, a tradição do FMF vem sendo frequentemente revisitada e ampliada, com as devidas mediações sócio-históricas e críticas ao capital, a partir dos trabalhos de Helena Hirata (2007; 2018), que discutem as novas configurações da divisão sexual do trabalho e criticam as constatações de que existem simples desigualdades entre homens e mulheres; de Danièle Kergoat (2003; 2007), que compreendem as complexidades e mudanças das relações sociais de sexo ao longo da história, bem como concordam que considerar somente a dominação homem-mulher não é suficiente para tornar inteligível as práticas sociais de ambos os sexos; e de Jules Falquet (2008), que utilizam a análise das relações sociais de sexo para criticar o “trabalho considerado feminino” no contextos de mundialização neoliberal.

Da mesma forma, os trabalhos recentes de Rhaysa Fonseca (2019) e Rayane Noronha (2021), ambos reunidos em teses de doutorado no Brasil, vêm aprimorando os debates de Lise



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Vogel e Tithi Bhattacharya em torno da reprodução social, na medida em que as novas formas de reorganização do trabalho impulsionadas pela mundialização neoliberal e pelas constantes estratégias capitalistas de restauração da acumulação de riquezas exigem da teoria e do movimento feminista desafios cada vez mais complexos.

Além disso, ambas as teorias fazem leituras importantes de como o capitalismo e o patriarcado utilizam a capacidade reprodutiva das mulheres em gerar e gerar novos indivíduos (e novos e futuros sujeitos da classe trabalhadora), o que pode ser considerado como uma redução biologicista da dominação das mulheres. Entretanto, trata-se, na verdade, de considerar a dominação das mulheres em sua totalidade, tanto social, quanto econômica e biológica. Em tese, o recurso ao materialismo histórico e à perspectiva de totalidade nos ajuda a compreender que o sexo biológico não pode ser ignorado, sobretudo nos estudos sobre mulheres, patriarcado e sexualidade, pois todos os aspectos da existência das mulheres são potenciais alvos de dominação e exploração pelas relações sociais capitalistas e patriarcais. E esse entendimento está presente sobretudo na perspectiva francófona, na medida em que ela considera que o corpo e a capacidade reprodutiva das mulheres também são explorados pelo capital e pelo “patriarcado dos homens”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o avanço do debate feminista ao longo da história e as lutas sociais dele derivadas, um conjunto de proposições e perspectivas feministas de resistência habitam no contexto sócio-histórico atual. Embora algumas análises realizadas pelas feministas francófonas na década de 1970 pareçam insuficientes para designar a complexidade das opressões vivenciadas no capitalismo contemporâneo e periférico das décadas mais recentes, muitos dos seus fundamentos analíticos são essenciais para se pensar a atualidade do impacto da exploração das mulheres no ambiente reprodutivo e da dominação da classe dos homens sobre a classe das mulheres. Da mesma forma, reorientar o debate marxista nos estudos feministas é determinante tanto para a construção de um movimento feminista preocupado com a superação do capital quanto para a construção de uma verdadeira emancipação das mulheres.

Importante considerar, também, que os estudos sobre a reprodução social, o trabalho doméstico e o lugar das mulheres na sociabilidade capitalista são temas caros à produção de conhecimento em Serviço Social mundialmente, que está cada vez mais preocupado em realizar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

análises mais radicais da dominação, exploração e opressão das mulheres. Acreditamos que ambas as vertentes analisadas neste artigo, a feminista materialista francófona e a Teoria da Reprodução Social possuem caminhos teórico-metodológicos fundamentais para aprofundar o exame das relações de poder que impactam a vida das mulheres, ao ajudarem a evitar o erro analítico de naturalizar essas relações e apreendê-las separadamente através de análises fragmentadas.

Nesse sentido, tanto o Feminismo Materialista Francófono quanto a Teoria da Reprodução Social são fundamentais para aprofundar a disposição coletiva de recuperar o debate das autoras mencionadas neste trabalho, aprofundá-las e criticá-las quando necessário para o fortalecimento da tradição feminista materialista no mundo. Nesse sentido, busca-se defender a permanência da investigação teórico-política de ambas as vertentes, sobretudo no interior do Serviço Social brasileiro, na tentativa de manter pulsante a construção coletiva da emancipação das mulheres e da sociedade de classes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maira Luísa Gonçalves de. **Politizando a anatomia: anti-naturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)**. Orientadora: Helena Hirata. 2016. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, São Paulo, 2016.

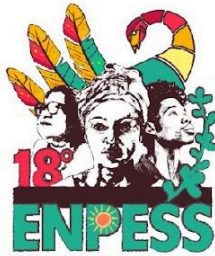
ARRUZA, Cinza. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo, Editora Usina, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista outubro**, edição 32, 2019. Artigo originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico Socialist Worker. Tradução de Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em 02 jul. 2024.

BHATTACHARYA, Tithi (Org.) **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression**. London: Pluto Press, 2017.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, 2015. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/wwgKkclRkZv5qgnF6kRQfXs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das Relações Sociais de Sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 13, n. 1/2, p. 121–142, 2008. DOI: 10.5433/2176-6665.2008v13n1/2p121. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3290>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FONSECA, Rhaysa Ruas Sampaio. **Unidade, diversidade, totalidade**: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Rio de Janeiro: UERJ, 2019. 227f.

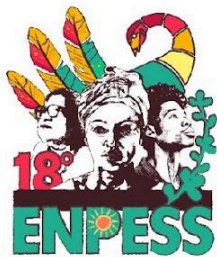
GUILLAUMIN, Colette. Prática de poder e ideia de natureza. In: FALQUET, Jules (et. al.). **O Patriarcado Desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

Hirata, Helena. GÊNERO, PATRIARCADO, TRABALHO E CLASSE. **Revista Trabalho Necessário**, 16 (29), 14-27, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>. Acesso em: 10 ago. 2024.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça**: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária. 2021. 227f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

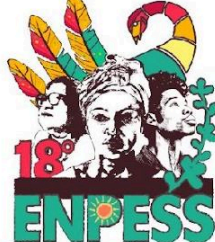
RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. Notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. **Recife: SOS Corpo**, 1993.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**